

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.451 - RS (2019/0115615-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : LEO CLOVIS FABRIS
ADVOGADOS : ANDREI ZENKNER SCHMIDT - RS051319
BRUNA ASPAR LIMA - RS064164
TAPIR TABAJARA CANTO DA ROCHA NETO - RS084515
GUILHERME BOARO - RS097795
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por LEO CLOVIS FABRIS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL PENAL. NULIDADE DA PROVA POR DERIVAÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Eventual nulidade originária da investigação criminal reconhecida em sede de habeas corpus pode atingir e beneciar outros réus. Inteligência do art. 580 do CPP.

2. No caso, considerando os limites objetivos e subjetivos de decisão proferida em outra ação, os efeitos não beneficiam o apelante.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que a “argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator

Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

